
Etnomídia indígena: análise das publicações da Kuñangue Aty Guasu no Instagram¹

Mylena Garcete ROCHA²
Katarini Giroldo MIGUEL³
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

RESUMO

A etnomídia tem se mostrado uma ferramenta importante para que os povos indígenas busquem construir suas próprias narrativas, em contraposição à representação feita pela mídia hegemônica, que silencia e estereotipa os povos originários. O artigo apresenta uma análise das publicações das mulheres da Kuñangue Aty Guasu, ou Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani, no Instagram. A partir de um levantamento exploratório, buscamos discutir como elas utilizam a rede social para ampliar suas vozes e, de que maneira, se aproximam das características da etnomídia para exercer cidadania e reivindicar protagonismo.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Etnomídia; Mulheres Indígenas; Guarani e Kaiowá; Mato Grosso do Sul.

Introdução

A Internet é uma ferramenta importante para a manifestações ao possibilitar participação e promoção de discussões para populações que são normalmente silenciadas pelos veículos de comunicação tradicionais. Mato Grosso do Sul tem a terceira maior população indígena do país (IBGE, 2022), mas apesar de expressiva, é alvo de diferentes violações, que muitas vezes não recebem os holofotes midiáticos ou é constantemente estigmatizada.

Os povos indígenas geralmente são pautados na imprensa quando estão envolvidos em situações específicas: em casos relacionados à violência ou quando representam um fato exótico (MELO, 2018). Para Moema Urquiza (2017, p. 45), a representação que a imprensa faz destes povos é bastante similar ao senso comum, do que a sociedade já pensa deles, ou seja, “o lugar ocupado pelo Outro na narrativa jornalística acaba coincidindo com o lugar do “fora-da-lei”, do excêntrico, do ignorante

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa - Comunicação para a Cidadania do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação na etapa remota, de 29 a 31 de agosto de 2023.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS – mylena.rocha@ufms.br

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS – katarini.miguel@ufms.br

ou atrasado; do violento, irreduzível e suspeito”. Assim, os assuntos relacionados aos povos indígenas dificilmente são tratados de forma cotidiana.

Questões como saúde, educação, ciência, terra e cultura indígenas não são enfocadas ou são tratadas segundo o senso comum formado sobre o índio, conceitos concebidos a partir da ideologia da classe dominante, no qual vigora um senso comum que reflete o pensamento e as idéias dessa classe dominante (MELO, 2008, p. 5).

Everson Monteiro (2017) reitera que os povos indígenas são, na maioria das vezes, representados pela fala do outro, como se não pudessem ou não fossem capazes de se expressar sem a mediação de terceiros. Assim, as relações coloniais permanecem, “o que resulta em uma representação do indígena pela observação do outro, e não de si próprio” (MONTEIRO, 2017, p. 128).

Ao analisarem a abordagem de temas relacionados aos direitos humanos em um dos maiores portais de notícia de Mato Grosso do Sul, Lynara de Souza e Katarini Miguel (2020) destacaram que os assuntos são, muitas vezes, pautados a partir dos boletins de ocorrência. As autoras perceberam a predominância no uso de delegados e investigadores como fontes, ou seja, a versão da polícia prevalece, deixando de lado a contextualização sobre a história dos personagens ou os desdobramentos. Outra questão levantada foi a ausência de fontes que representem a perspectiva do grupo violentado.

Jorge Ijuim, Antônio Hilário Urquiza e Moema Urquiza (2016) também perceberam problemas na cobertura de casos envolvendo os povos indígenas. Segundo os autores, “se oculta, por exemplo, as medidas oficiais através de processos de demarcações de terras, laudos e perícias antropológicas solicitadas pela justiça, retomada de territórios” (IJUIM, J.K.; URQUIZA, A. H.; URQUIZA, M. G., 2016, p. 61).

Para as mulheres indígenas, o problema da representatividade na imprensa se revela ainda mais crítico. Quando estão presentes nos conteúdos jornalísticos, elas também costumam estar envolvidas em situação de violência, principalmente a de gênero, e ainda são representadas por porta-vozes (SILVA, 2018), como organizações não-governamentais, instituições, conselhos missionários ou, em último caso, pelos homens das comunidades, que atuam como lideranças.

Outro problema é a cobertura episódica adotada nas narrativas jornalísticas e a falta de contexto nos conteúdos que abordam os povos indígenas. Os veículos de comunicação negligenciam o fato de que a violência contra a mulher indígena está

diretamente relacionada com a expulsão dos povos de suas terras tradicionais e com o avanço da colonização.

As violações de direitos estão diretamente ligadas à questão do território, já que os povos indígenas perderam seu espaço e sofreram processo de fragmentação política, quando as parentelas de diversas comunidades foram separadas, comprometendo a reprodução de sua cultura (URQUIZA; PRADO, 2015). Os povos Guarani e Kaiowá foram confinados e acomodados em reservas demarcadas pelo Estado, inicialmente entre as décadas de 1910 e 1920. As reservas foram criadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que mais tarde viria a ser nomeado de Fundação Nacional do Índio (Funai)⁴. Com o confinamento dos povos indígenas em áreas delimitadas, as terras ficariam “livres” para a expansão da agropecuária.

Os Guarani e Kaiowá sofrem violações de direitos até os dias de hoje. O impacto do processo de desterritorialização comprometeu a reprodução da cultura deste povo e culminou no agravamento de problemas sociais, que interferem diretamente na maneira como as mulheres são tratadas dentro das comunidades. Esses problemas envolvem também o consumo de álcool e de drogas ilícitas, o que faz com que as mulheres se tornem alvos da violência masculina, de acordo com Tânia Zimmermann, Lauriene Seraguza e Ana Viana (2015).

A crescente violência contra as mulheres nos aldeamentos tem relação direta com as perdas territoriais e o conseqüente esboroamento dos vínculos sociais, das práticas políticas, econômicas e religiosas, perdas estas que são geradoras de miséria e violências múltiplas. De modo geral, as violências perpetradas contra as mulheres destes coletivos étnicos são decorrentes de processos de violações de seus povos, as profundas modificações com o contato não indígena, recolhimento das populações em reservas pequenas, a degradação da paisagem natural e a introdução de drogas e bebidas alcoólicas nestas comunidades (ZIMMERMANN; SERAGUZA; VIANA, 2015, p. 123).

As sociedades indígenas possuíam a organização patriarcal, mas esta poderia ser descrita como patriarcado de baixa intensidade (SEGATO, 2012). Quando a colonialidade penetra nas aldeias, o conceito de gênero é modificado e as mulheres indígenas passam a ser subjugadas e violentadas dentro das próprias comunidades. "Estas mudanças foram introduzidas através de processos heterogêneos, descontínuos,

⁴ Em 2023, o órgão federal passou a ser denominado Fundação Nacional dos Povos Indígenas, uma reivindicação histórica, já que o termo “índio” desconsidera a diversidade dos povos indígenas do Brasil.

lentos, totalmente permeados, pela colonialidade do poder, que violentamente inferioriza as mulheres colonizadas" (LUGONES, 2020, p. 71).

Para lutar contra as opressões que sofrem, dentro e fora das comunidades, e em busca de transformações, as mulheres têm se organizado em movimentos de resistência com a ajuda das redes sociais. E, apesar de o feminismo ocidental não abarcar as demandas específicas das indígenas, ainda contribuiu para o surgimento de um novo movimento. Para tentar enfrentar e reduzir a desigualdade de gênero, elas passaram a aliar estratégias tradicionais da etnia com táticas da sociedade não-indígena (AMADO; LE BOURLEGAT; URQUIZA, 2019).

Ao possibilitar a divulgação e a transmissão de informações sobre as violências sofridas pelo seu povo, as mulheres indígenas têm se empoderado e assumido um novo papel nas comunidades (ANZOATEGUI, 2017). O trabalho busca refletir sobre como as mulheres indígenas Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul se apropriam das redes sociais para reivindicar espaço e colocar suas discussões em pauta na sociedade a partir das características da etnomídia (TUPINAMBÁ, 2016). Para tanto, optou-se pela rede social Instagram, onde observamos que as mulheres se mantêm mais ativas e publicam com maior frequência. Ao longo do mês de março, que foi selecionado para a análise, foram levantados e classificados 61 *posts*, considerando o tipo de *post*, o tema central da publicação, o contexto e o uso de recursos multimidiáticos e *hashtags*. O artigo foi dividido em dois momentos: o primeiro apresenta a etnomídia de acordo com as suas características e como têm servido como aliadas para que as mulheres indígenas possam assumir o protagonismo e contar suas próprias histórias, e no segundo momento analisamos a práxis das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul a partir da iniciativa da Kuñangue Aty Guasu no Instagram.

A etnomídia como aliada para assumir o protagonismo das narrativas

A mudança nos estilos de vida com a chegada de elementos da cultura ocidental interferiram nas estruturas culturais e sociais nas comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul, como já abordado, porém nem todas as transformações podem ser consideradas negativas. As interferências também possibilitaram o acesso às Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs) e seu uso, para amplificar o alcance das lutas dessas mulheres na sociedade. Neste contexto, as

mulheres indígenas de Mato Grosso do Sul têm buscado estratégias para conquistar voz e espaço, não apenas dentro das comunidades, mas também na sociedade.

Assim, os povos indígenas têm a possibilidade de se apropriarem das tecnologias para produzirem suas próprias narrativas. De acordo com Alexandro Mesquita, Lucila Pesce e Ana Maria Hessel (2019), as redes sociais permitem que eles possam contar histórias a partir da própria perspectiva.

[...] O importante não é apenas passar informação, mas também trazer um novo olhar para as mesmas. Pelo olhar que parte da perspectiva de dentro para fora, e não de fora para dentro, o objeto que antes era observado e descrito desde a perspectiva do observador, passa a ser auto observado e descrito (MESQUITA; PESCE; HESSEL, 2019, p. 8).

O uso das redes sociais vai além de um processo de empoderamento, como uma forma de amplificar suas vozes e lutas. Passa a ser também uma ferramenta para preservar tradições e resgatar a cultura (MESQUITA; PESCE; HESSEL, 2016).

Neste contexto, a etnomídia surge como uma possibilidade, ao lançar um novo olhar sobre o processo da comunicação, pautado a partir das visões da etnia daqueles que a produzem (TUPINAMBÁ, 2016). Em um cenário no qual a imprensa tradicional distorce, oculta informações e estimula estereótipos, a etnomídia torna-se uma ferramenta estratégica no enfrentamento ao preconceito e à violência. Renata Tupinambá (2016) define a etnomídia como “uma ferramenta de empoderamento cultural e étnico, por meio da convergência de várias mídias dentro de uma visão etno”. Para a jornalista, trata-se de um mecanismo para promover a descolonização da comunicação.

Roney Freitas (2021) critica a maneira como a mídia hegemônica é percebida como universal e neutra, sendo que, na verdade, também está atrelada a uma etnia: a branca. Ou seja, mídia hegemônica pode ser considerada uma etnomídia branca. Ele ainda destaca que a etnomídia não deve ser encarada como um subproduto ou um nicho.

E, sim, de uma consciência elementar de que as questões em tensão no arco da palavra permeiam todo o campo midiático, com identidades próprias a cada construção pois não há uma universalidade da mídia. Coloca em perspectiva crítica a mídia hegemônica que também deveria se perceber etnicamente, a desfazer o equívoco de se atribuir um caráter universal, neutro. Uma proposta etnomidiática se coloca a ampliar a capacidade de escuta da fala do outro na sua categoria revolucionária (bell hooks, 2019), e percebe o branco também como sendo um outro - como o outro do outro, que de fato é (FREITAS, 2021, p. 31-32).

Ao mesmo tempo que a mídia hegemônica atua como uma etnomídia branca, os povos indígenas têm buscado construir suas próprias narrativas, com a ajuda das tecnologias. Vilso Santi e Bryan Araújo (2019) defendem que as populações marginalizadas necessitam de formas contra-hegemônicas de comunicação, como uma estratégia de resistência. “A comunicação alternativa-popular é encarada, portanto, como um instrumento pelo qual os campos marginalizados podem externar suas representações e seus anseios na edificação de uma sociedade mais justa” (SANTI; ARAÚJO, 2021, p. 7).

Para Santi e Araújo (2022), a etnomídia indígena possui uma configuração específica. Os indígenas se apropriam da mídia para marcar a presença do movimento étnico. Assim, a comunicação pode ser trabalhada de uma forma alternativa, e não estereotipada, como ocorre na mídia hegemônica.

Na busca por novos regimes de visibilidade, a etnomídia indígena conjuga então práticas midiáticas, processos socioculturais e aspirações políticas em uma configuração comunicacional específica – a fim de projetar o indígena para além das sociedades anteriores, posteriores ou exteriores – causando desconforto. Os povos indígenas se apropriam das ferramentas midiáticas para construir e evidenciar sua existência e a existência do seu movimento étnico social, já sintonizados com esse novo formato de sociabilidade instituído pelo campo da mídia (SANTI; ARAÚJO, 2022, p. 7).

Neste cenário, abordaremos a Kuñangue Aty Guasu ou Aty Kuña (Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani) como uma etnomídia produzida pelas mulheres indígenas de Mato Grosso do Sul, com o uso das redes sociais. A partir das ferramentas das tecnologias, o coletivo de mulheres têm buscado subverter a lógica da mídia hegemônica ao construir contra narrativas.

A Kuñangue Aty Guasu: análise das publicações no Instagram

Originalmente, a Kuñangue Aty Guasu surgiu como uma alternativa na luta por direitos. Sem voz e espaço para expor suas demandas na assembleia geral, a Aty Guasu, na qual somente os homens falavam, elas articularam uma assembleia feminina (ANZOATEGUI, 2017). É um encontro organizado por elas, onde representantes de várias comunidades têm voz e poder de participação e decisão.

O debate não ocorre somente durante o evento, que é realizado anualmente. Como uma forma de chamar a atenção para suas problemáticas e manter as discussões em pauta, as mulheres cultivam a presença nas redes sociais. Ao possibilitar a

divulgação e a transmissão de informações sobre as violências sofridas pelo seu povo, as mulheres indígenas têm se empoderado e assumido um papel diferente daquele que desempenhavam tradicionalmente nas comunidades (ANZOATEGUI, 2017).

Esta proposta de artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado que investiga como as mulheres Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul se apropriam das redes sociais para reivindicar espaço e colocar suas discussões em pauta na sociedade a partir das características da etnomídia. Exploraremos como as mulheres do coletivo Kuñangue Aty Guasu utilizam as características da etnomídia como forma de divulgar suas lutas, reivindicar direitos e preservar a cultura da etnia.

Em um cenário no qual a imprensa hegemônica silencia e reforça estereótipos, a etnomídia surge como uma estratégia de resistência. O termo considera que os indígenas podem contar suas próprias histórias, na qual as narrativas são desconstruídas dos processos mercadológicos da comunicação (SOUZA; COSTA, 2021). Os indígenas podem se comunicar e assumir protagonismo, ao invés de terem suas histórias contadas por terceiros. “A etnomídia surge, assim, como uma alternativa política para a expressão da identidade étnica” (SANTI; ARAÚJO, 2019, p. 9). Diante da proliferação de movimentos sociais nas redes e da falta de representatividade na mídia hegemônica, os indígenas passaram a utilizar a internet como ferramenta para reivindicar espaço (FRANCO; PEREIRA; MELO, 2021).

A Kuñangue Aty Guasu, ou Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani, é um grupo formado por nove mulheres da região sul de Mato Grosso do Sul. Elas cultivam presença na Internet, seja pelas publicações no site⁵, no Instagram⁶, no Facebook⁷ e no Youtube⁸. Enquanto o site e o Youtube são atualizados ocasionalmente, elas se mantêm mais ativas no Instagram e no Facebook, com 6 mil e 4,3 mil seguidores, respectivamente. Considerando a reprodução da maioria dos conteúdos no Facebook e no Instagram, com uma maior frequência de publicações na segunda rede social, e dada a limitação de um artigo, propomos a análise exploratória dos conteúdos publicados em uma das plataformas: o Instagram. Para Franco, da Silva e Oliveira Franco (2021, p. 10), a rede social de compartilhamento de fotos e vídeos passou a ser uma ferramenta

⁵ <https://www.kunangue.com/>

⁶ <https://www.instagram.com/kunangueatyguasu/>

⁷ <https://www.facebook.com/kunangueatyguasu>

⁸ <https://www.youtube.com/@kunangueatyguasu5653/featured>

importante para a defesa da sobrevivência destes povos e seus modos de vida ao estabelecer um canal que amplia suas conexões “para além das aldeias e florestas, podendo alcançar aldeias globais”.

O trabalho, neste primeiro momento, tem o caráter exploratório, pautado por um levantamento estruturado em categorias prévias, de caráter quantitativo para procedermos com interpretações a respeito de como as mulheres Guarani e Kaiowá têm utilizado a rede social, como suas práticas se alinham aos preceitos da etnomídia, além de reconhecer principais temas abordados e as estratégias de comunicação utilizadas.

Temos como recorte temporal o mês de março de 2023, período representativo devido ao Dia da Mulher e à retomada realizada no território de Laranjeira Nhanderu, em Rio Brillhante (MS). A partir de um levantamento prévio estruturado por data, tipo de post, tema central, contexto, uso de recurso multimidiático e hashtag, identificamos que o coletivo realizou 61 postagens no Instagram, nas quais 31 eram publicações autorais e 30 repostagens, seja de notícias relacionadas aos povos indígenas ou de outras páginas parceiras, como a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Entre as publicações de autoria das mulheres Kaiowá e Guarani, se destacam os temas relacionados à retomada do território Laranjeira Nhanderu, com 10 posts, e ao Dia da Mulher, com 9 posts. O tema da retomada tem importância não só pela necessidade de compartilhar informações e atualizar sobre o processo de luta para recuperar o *tekoha*⁹, como também pela denúncia da prisão de uma das integrantes do coletivo Kuñangue Aty Guasu, Clara Mbo'y Jegua'i.

Figura 1: Postagem de denúncia sobre a prisão de uma das membras do conselho da Kuñangue Aty Guasu durante a retomada de Laranjeira Nhanderu¹⁰

⁹ O termo *tekoha* é utilizado para se referir ao território, como a aldeia ou terra indígena.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CpV2addvxIO/>>.



Fonte: Perfil no Instagram da Kuñangue Aty Guasu

De acordo com as publicações, Mbo'y Jegua'i foi presa sob a acusação de desobediência com mais dois indígenas, durante a madrugada do dia 3 de março, quando houve um avanço na retomada do território. Um dia depois, os três indígenas foram liberados, por decisão da Justiça Estadual.

As publicações sobre o Dia da Mulher também se destacam, não só pelo objetivo de celebrar a data, mas também na divulgação do álbum fotográfico virtual “Nunca mais um Brasil sem nós mulheres indígenas”, com registros feitos pela equipe, como uma homenagem às *nhandesys*¹¹, mulheres, meninas, jovens, mães e avós do povo Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul. O álbum virtual foi divulgado no Instagram e publicado na íntegra no site oficial da Kuñangue Aty Guasu.

Figura 2: Postagem sobre o lançamento do álbum fotográfico virtual “Nunca mais um Brasil sem nós mulheres indígenas”¹²

¹¹ As *nhandesys* são as rezadoras, que desempenham papel espiritual nas comunidades.

¹² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cph_Ru7uOhi/>.



Fonte: Perfil no Instagram da Kuñangue Aty Guasu

Outros temas abordados durante o mês foram o deputado estadual Zeca do PT, com cinco posts, e a visita da ministra dos Povos Indígenas Sonia Guajajara a Mato Grosso do Sul. O deputado esteve em evidência depois que se pronunciou publicamente contra a retomada de Laranjeira Nhanderu, assunto que causou indignação entre as mulheres da Kuñangue Aty Guasu.

Figura 3: Postagem em vídeo sobre a visita da ministra Sonia Guajajara a Mato Grosso do Sul¹³

¹³ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Cp8RkGVJauI/>>.



Fonte: Perfil no Instagram da Kuñangue Aty Guasu

No levantamento, também consideramos o contexto das publicações. Buscamos categorizar a intenção das mulheres indígenas com os *posts*, a partir da nossa interpretação. As postagens foram classificadas como: mobilização, informação, saudação, denúncia, posicionamento e divulgação do movimento. De 61 postagens, 33 foram classificadas como informação, ou seja, publicações ou republicações que visam compartilhar notícias que envolvem ou podem interessar aos povos indígenas. Em seguida, nove *posts* foram classificados como posicionamento, ou seja, uma publicação que visa deixar claro o partido que as mulheres assumiram sobre determinado assunto. Ao longo de março, elas ainda publicaram sete *posts* de saudação, com a intenção de congratular alguém por algum feito. Entre os posts analisados, cinco foram para divulgar o movimento, com atividades promovidas pela própria Assembleia de mulheres, enquanto quatro tiveram o caráter de denúncia, como uma forma de chamar a

atenção para uma violência ou violação de direitos contra os povos indígenas. Por fim, três *posts* foram classificados como mobilização, para situações nas quais elas convocam mulheres e homens indígenas para participar de algum movimento ou manifestação.

Com relação ao uso de recursos multimidiáticos, identificamos que, das 61 publicações, 17 exploraram o recurso de vídeo e uma utilizou o recurso do áudio, vinculado à foto. Por fim, também foi possível perceber que as mulheres da Kuñangue Aty Guasu exploram as possibilidades das *hashtags* como uma forma de ampliar o alcance de suas publicações: 37 possuíam o recurso e 24 não utilizaram *hashtag*.

A partir da análise, podemos concluir que as publicações remetem às características da etnomídia ao ressaltar o uso da rede social para a construção de uma contra narrativa e como ferramenta utilizada pelas mulheres para transmitir seus anseios, posicionamentos, suas lutas e sua cultura (NASCIMENTO, 2020). As mulheres Guarani e Kaiowá utilizam os recursos da rede social para manter seus parentes atualizados sobre cada movimentação durante uma retomada de território, como uma forma de proteger as comunidades e denunciar abusos por parte da polícia ou da Justiça. Além de denunciar desigualdades e promover resistência, também percebemos que as mulheres da Kuñangue Aty Guasu buscam manter sua cultura viva e divulgar atividades promovidas pelo grupo.

Considerações possíveis

As mulheres indígenas têm buscado, cada vez mais, contar suas histórias e chamar a atenção para as suas lutas a partir das redes sociais. Uma forma de contrapor a narrativa que distorce, silencia e estereotipa, produzida pela “etnomídia branca”, a etnomídia indígena surge, então, não só como uma forma de comunicação feita por e para os indígenas, mas também como uma proposta para promover o diálogo intercultural (FREITAS, 2021).

A etnomídia possibilita que os povos marginalizados encontrem maneiras de produzir uma comunicação contra-hegemônica e é, justamente, isso que as mulheres Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul têm feito. A partir das publicações no Instagram, elas têm a possibilidade de denunciar problemas e violências, chamar a atenção para as suas demandas, convocar parentes para mobilizações, se posicionar

sobre questões que afetam os povos indígenas, além de compartilhar informações importantes e divulgar atividades promovidas pelo próprio movimento. Por meio da comunicação, as indígenas exercem cidadania e rompem com discursos violentos e excludentes disseminados pela imprensa hegemônica.

REFERÊNCIAS

AMADO, A. M. M.; LE BOURLEGAT C. A.; URQUIZA, A. H. A. Empoderamento da mulher Kaiowa e Guarani na luta pelo reconhecimento dos direitos indígenas e identidade étnico-cultural. In: Polis: **Revista Latino Americana** [s. l.], v. 54, 2019. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/polis/18043>>.

ANZOATEGUI, P. S. “**Somos Todas Guarani-Kaiowá**”: entre narrativas (d)e retomadas agenciadas por mulheres Guarani e Kaiowá sul-mato-grossenses. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

CAVALCANTE, T. L. V. **Colonialismo, Território e Territorialidade**: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

FRANCO, T.; PEREIRA, E.; MELO, A. B. V. Net-ativismo ameríndio em podcast: Comunicación étnica y reticular en la Amazonía brasileña, en período pandémico. **Razón y Palabra**, [S. l.], v. 25, n. 112, 2022. Disponível em: <<https://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/1803>>.

FRANCO, T.; SILVA, M. R.; OLIVEIRA FRANCO, T. R. O net-ativismo ameríndio brasileiro em período pandêmico. **XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas**, São Paulo, 2021.

FREITAS, R. G. **Yandê**: etnomídia pela poética de uma webrádio indígena. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022**. Brasília, 2023.

IJUIM, J. K.; URQUIZA, A. H. A.; URQUIZA, M. G. Imprensa, Indígenas versus Ruralistas: as tensões entre o modo desenvolvimentista e o bom viver (tekove porã). **Revista Extraprensa** – Cultura e Comunicação na América Latina, São Paulo, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/113880/114618>>.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org). **Pensamento feminista hoje**: Perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2020.

MELO, P. B. **O índio na mídia: discurso e representação social**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, [2008].

MESQUITA, A. C.; PESCE, L.; HESSEL, A. M. D. G. Cultura indígena e tecnologias digitais da informação e comunicação: uma narrativa sobre formação e empoderamento. **Educação & Linguagem**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 5-21, jan./jun. 2019. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/EL/article/view/9727/6924>>.

MONTEIRO, E. U. **Os cibermeios e a representação dos povos indígenas Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul**: Estudo de caso da retomada do território Yvu Katu. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017.

NASCIMENTO, L. G. **Etnocomunicação indígena como prática de liberdade decolonialista e ancestral na formação comunicativa da Webrádio Yandê**. 2020. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

SANTI, V. J.; ARAÚJO, B. C. Etnomídia como campo de (re)apropriações das práticas midiáticas no portal do Conselho Indígena de Roraima. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Belém, 2019.

SANTI, V. J.; ARAÚJO, B. C. A Etnomídia Indígena na Construção dos Territórios Etnomidiáticos. **Revista Comunicação, Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 122-142, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/ccs/article/view/5182>>.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, **E-cadernos CES** [Online], p. 106-131, 2012. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/eces/1533>>.

SILVA, F. C. Mulheres indígenas e os espaços midiáticos: uma reflexão sobre silenciamento, memória e resistência. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, [s.l], v. 18, n. 2, 2018. p. 23-41, 2018. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=25099>>.

SOUZA, V. G. P.; COSTA, R. C. Etnomídia indígena como narrativa das resistências. **Extraprensa**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 438-451, jan./jun. 2021.

SOUZA, L. O.; MIGUEL, K. G. A construção de sentido na abordagem sobre direitos humanos no portal Campo Grande News: mulher criança indígena. **Revista Latino-americana de Jornalismo**, João Pessoa, ano 7, v. 7, ed. 2, jul./dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ancora/article/view/49284/31401>>.

TUPINAMBÁ, R. Etnomídia, uma ferramenta para a comunicação dos povos originários. **Brasil de Fato**, Niterói, 11 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefatopr.com.br/2016/08/11/etnomidia-por-uma-comunicacao-dos-povosoriginarios>>.

URQUIZA, A. H. A.; PRADO, J. H. O impacto do processo de territorialização dos Kaiowá e Guarani no sul de Mato Grosso do Sul. **Tellus**, [S. l.], n. 29, p. 49–71, 2016. Disponível em: <<https://telluscdb.emnuvens.com.br/tellus/article/view/358>>.

URQUIZA, M. G. **O lugar do Outro na narrativa jornalística: um olhar a partir da cultura**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017.

ZIMMERMANN, T. R.; SERAGUZA, L.; VIANA, A. E. A. Relações de Gênero e Violência contra Mulheres Indígenas em Amambai - MS. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, p. 105-126, 2015.